



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Dimensão psíquica da questão do racismo: relações raciais entre empregadas domésticas
e babás negras e empregadoras/es brancas/os

Regiane Oliveira dos Santos

SÃO CARLOS

2023

Regiane Oliveira dos Santos

Dimensão psíquica da questão do racismo: relações raciais entre empregadas domésticas
negras e empregadoras/es brancas/os

Monografia conduzida como parte da obtenção de
título de graduação pela Universidade Federal de
São Carlos, sob orientação do Prof. Dr. Leonardo
C. P. Câmara

SÃO CARLOS

2023

Dedicatória

*À minha mãe, mulher negra, cuja força e resiliência
me impulsiona a seguir em frente.*

**“Ninguém te avisou que as mulheres cujos os pés
foram impedidos de correr dariam à luz filhas com asas.”**

Ijeoma Umebinyuo

RESUMO

A herança da escravidão e a persistência do racismo estrutural estão profundamente enraizadas nas relações raciais brasileiras, e as mulheres foram particularmente afetadas. O trabalho das mulheres negras escravizadas no ambiente íntimo das casas-grandes por parte das famílias patriarcais escravistas estabeleceu uma dinâmica que entrelaçavam exploração laboral com uma suposta relação de afeto e submissão. Isso contribuiu para a percepção da mulher negra como parte integrante da família nas classes senhoriais. Esse trabalho tem como objetivo investigar a dimensão psíquica da questão do racismo na experiência de mulheres negras que exercem/exerceram a função de empregadas domésticas e/ou babás para famílias brancas, a partir do referencial teórico psicanalítico. Como ferramenta de investigação, essa pesquisa se utilizou da Entrevista Narrativa em Associação Livre. Os dados coletados evidenciaram aspectos da relação entre o espaço designado para amas-de-leite e aquele destinado às empregadas domésticas. As representações sociais ideologicamente estruturadas que permeiam a experiência da mulher negra emergem nas relações raciais entre empregada doméstica negra e empregadora branca, evidenciando a dinâmica das tensões raciais na esfera privada. Nessa condição, o corpo da mulher negra é submetido à violência do ideal de branquitude, sendo posicionado como "Outro". O trabalho doméstico realizado por mulheres negras e de baixa renda para mulheres de classe média e alta não apenas perpetua desigualdades, mas também envolve ambiguidades nas lógicas afetivas. As marcas inscritas por afetividade e dedicação no cuidado de crianças por babás negras revelam um ambiente permeado por abusos e violências simbólicas, exacerbados pela ausência de limites em relação às condições de trabalho adequadas e aos baixos salários. As marcas psíquicas dos impactos do racismo não se limitam à concretude das situações vivenciadas de discriminação, mas tornam-se evidentes desde a infância mais precoce, em momentos cruciais da formação psíquica. A dinâmica aparentemente paradigmática entre empregada doméstica negra e empregadora branca revelou-se conflituosa, permeada por violências, humilhações e punições.

Palavras-chave: Mulheres negras. Racismo. Empregadas domésticas. Outridade.

Abstract

The legacy of slavery and the persistence of structural racism are deeply rooted in Brazilian racial relations, with women being particularly affected. The labor of enslaved Black women within the intimate spaces of the slave-owning patriarchal households established a dynamic that interwove labor exploitation with a supposed relationship of affection and submission. This contributed to the perception of Black women as integral members of the family in the landowning classes. This study aims to investigate the psychic dimension of the issue of racism in the experience of Black women who work or have worked as domestic workers and/or nannies for white families, using a psychoanalytic theoretical framework. As a research tool, this study employed the Narrative Interview in Free Association. The collected data highlighted aspects of the relationship between the space designated for wet nurses and that assigned to domestic workers. Ideologically structured social representations that permeate the experience of Black women emerge in racial relations between Black domestic workers and white employers, revealing the dynamics of racial tensions in the private sphere. In this condition, the body of Black women is subjected to the violence of the ideal of whiteness, being positioned as the "Other." Domestic work performed by Black women of low income for middle and upper-class women not only perpetuates inequalities but also involves ambiguities in affective logics. The marks inscribed by affection and dedication in the care of children by Black nannies reveal an environment permeated by symbolic abuses and violence, exacerbated by the absence of boundaries regarding adequate working conditions and low wages. Psychic marks from the impacts of racism are not confined to the concrete situations of experienced discrimination but become evident from the earliest childhood, in crucial moments of psychic formation. The seemingly paradigmatic dynamic between Black domestic workers and white employers proved to be conflict-ridden, permeated by violence, humiliations, and punishments.

Keywords: Black women. Racism. Domestic workers. Otherness.

Sumário

1. Introdução	8
1.1 Problema de Pesquisa	11
1.2. Justificativa social e acadêmica	12
2. Objetivos	13
2.1 Geral	13
2.2 Específicos	13
3. Metodologia	14
3.1. Tipo de estudo.....	14
3.2. Abordagem	14
3.3. Amostragem	15
3.3.1. Perfil dos participantes	15
3.3.2. Recrutamento dos participantes.....	15
3.4. Procedimento de coleta, gravação e armazenamento dos dados.....	15
3.5. Método de análise de dados	16
3.6. Materiais e recursos.....	16
3.7. Cuidados éticos	16
4. Resultados e Discussão	17
5. Conclusões.....	31
6. Referências Bibliográficas	34

1. Introdução

Muito se tem discutido, recentemente, sobre o termo “raça”, que tem trazido inquietação pela sua denotada controvérsia. A separação de seres humanos em diferentes “categorias” é proveniente de meados do século XVI, e seu uso e sentido dependem da organização social e cultural vigente. As políticas expansionistas de controle e autoridade sobre os corpos e territórios, constituintes do colonialismo europeu, estão intimamente ligadas ao recurso de dominação pela racialização de indivíduos e grupos, não excluindo a opressão de gênero (ALMEIDA, 2019). Para que a internalização da ideia de “raça” fosse tida como “natural” na sociedade moderna, foi necessário um longo caminho marcado pela violência e genocídio. As construções filosóficas do Iluminismo sobre o homem chegaram a duas divisões: o civilizado e o primitivo. O homem primitivo é o selvagem, bestial, violento, ingênuo; é o homem negro e a mulher negra traficados do continente africano; é também a população indígena. Foi assim retratado por poetas, músicos, escritores e artistas brasileiros. O homem civilizado envolveria, por sua vez, a hegemonia da população *branca* e europeia. Dessa forma, a ideia de “raça” se revela um conceito relacional e histórico.

O autor Silvio de Almeida (2019) contribui categoricamente para o debate sobre a questão racial, apresentando três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. Na concepção individualista, a patologia é uma marca do racismo, representado como algo fora do “comum”. Atinge indivíduos e grupos, e deve ser combatido no campo jurídico. Essa concepção pode não reconhecer que existam instituições e sociedades racistas, restringindo o racismo à ação específica de indivíduos ou grupos através de manifestações abertas e diretas de preconceito, mascarando, portanto, o caráter político do racismo. Um exemplo é a produção discursiva “Todas as vidas importam”, que responde em contraposição ao movimento ativista internacional com origem na comunidade afro-americana *Black Lives Matter*, que campanha contra a violência direcionada às pessoas *negras*.

Sobre a concepção institucional, cabe, primeiramente, entender que as instituições públicas – por exemplo, o legislativo, o judiciário, o ministério público – e instituições privadas, como empresas, não são atemporais e estáticas. Pelo contrário, elas padronizam e condicionam as ações dos indivíduos reprimindo ou estimulando comportamentos sociais: “No interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos, visto

que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social” (ALMEIDA, 2019, p. 26).

Os diversos sujeitos sociais lutarão para estabelecer o controle e o poder sobre as instituições de acordo com seus interesses. No Brasil, por exemplo, no sistema econômico, “os pardos e os negros constituíam 57,7 milhões da força de trabalho e os brancos 46,1 milhões, isto é, a presença dos pardos e negros na força de trabalho era 25,2% maior do que a das pessoas *brancas*”; e, ainda, “a desigualdade entre trabalhadores brancos e de cor preta ou parda mantém-se mesmo quando se leva em conta o nível de instrução” (MARQUES, 2020, p. 97919). Outrossim, de acordo com Almeida, (2019) a dominação política e econômica é utilizada por determinados grupos que estão no poder agindo em prol de tornar essa realidade comum a todos, através de ações e práticas culturais normativas ancoradas na desigualdade racial. A exemplo do sistema carcerário no Brasil, em junho de 2017, pardos e pretos totalizavam 63,6% da população de pessoas encarceradas (MARQUES, 2020); destarte, torna-se comum que pessoas *brancas* achem que homens negros são perigosos e/ou violentos, e, assim, mulheres e homens negros também o fazem.

A discriminação sistemática realizada por um grupo para subjugar outro é viabilizada pelos indivíduos e grupos que detêm o poder sobre instituições públicas e privadas que influenciam na organização da sociedade, e ocorrem concretamente através de piadas e humilhações, silenciamento, desamparo a mulheres e crianças negras, segregação, encarceramento sistemático da população negra e genocídio. Sob uma concepção de racismo estrutural, isso só é possível através de um processo político que tende a incorporar e normalizar condutas violentas às práticas cotidianas por meio do órgão regulador do Estado, que pode fazer o uso da força, como no caso da polícia militar, mas não se restringindo a ela (ALMEIDA, 2019).

As dinâmicas do racismo admitem, a princípio, uma construção de diferenças. Nesse ponto, é necessário discernir *quem* de *quem*. Essa diferenciação, argumenta Grada Kilomba (2008), é feita através da racialização de determinado grupo perante outros. Assim, o/a negro/a é “diferente” em relação a um referencial em específico, a norma *branca*; ou seja, o não branco/a se configura como o/a “Outro/a” racial, aferindo o valor da inferioridade, estigma e desonra para esses sujeitos. Kilomba (2008) discute o Racismo cotidiano colocado em vocabulários, discursos, gestos, ações e olhares, expondo as

experiências da mulher negra colocada não só como “Outra”, mas também como “Outridade”:

Isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade *branca*. Toda vez que sou colocado como ‘outra’ – seja a ‘outra’ indesejada, a ‘outra’ intrusa, a ‘outra’ perigosa, a ‘outra’ violenta, a ‘outra’ passional, seja a ‘outra’ suja, a ‘outra’ excitada, a ‘outra’ selvagem, a ‘outra’ natural, a ‘outra’ desejável ou a ‘outra’ exótica –, estou inevitavelmente experienciando o racismo, pois estou sendo forçada a me tornar a personificação daquilo com o que o *sujeito branco* não quer ser reconhecido. (...) Tornamo-nos um depósito para medos e fantasias *brancas* do domínio da agressão ou da sexualidade (p. 78, grifo do autor).

O apagamento sistematizado da mulher *negra* aparece nos debates sobre racismo, nos quais o sujeito é o homem *negro*, e no debate sobre gênero, no qual o sujeito é a mulher *branca*. Explicita-se, aí, o ‘não-lugar’ da mulher *negra*, evidenciando a desconexão entre “raça” e gênero. Kilomba, citando Essed (1991) e hooks (1989), conceitua o racismo como uma ideologia que funciona atrelada a outras estruturas ideológicas de dominação, como o sexismo. As aproximações paralelas do racismo e sexismo se dão na medida em que a branquitude não é nomeada, como se ela fosse imparcial ou simplesmente não existisse. Na medida em que a branquitude não é nomeada na sociedade, os discursos feministas *brancos* reduzem as duas experiências – racismo e sexismo - como similares em relação à opressão de pessoas *negras*; entretanto, por serem mulheres *brancas*, elas têm acesso ao sistema de privilégios fornecido pelo racismo estrutural, através do privilégio político, social e econômico provindo da apropriação simbólica dos frutos de 400 anos de trabalho escravo no Brasil. Tal processo contribui para a invisibilização e o silenciamento das mulheres *negras* dentro do feminismo global (KILOMBA, 2008).

No campo da Psicanálise, e mais especificamente no das pesquisas brasileiras, nos últimos quarenta anos diversos autores têm refletido sobre a dinâmica subjetiva do racismo. Em *Tornar-se negro, ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, a psicanalista Neusa Santos Souza (1948-2008), autora clássica da literatura psicanalítica no Brasil sobre a subjetividade do negro, afirma a necessidade de se ter um discurso sobre si, pautado na realidade concreta, para obter a autonomia. Com isso, a psicanalista pretende lançar um olhar sobre a afetividade da pessoa negra, à qual inscreve-se num campo histórico-cultural de classe e ideologia *brancas*, o que inclui comportamentos, expectativas e idealizações *brancas*, a fim de produzir um discurso do *negro* sobre o *negro* – discurso esse carecido de reconhecimento na esfera acadêmica e

social. É a partir dessa premissa que se fundamenta uma das motivações do presente estudo.

Para fins de delimitação do tema dentro do contexto geral desta pesquisa, podemos observar o racismo dentro da compreensão teórica no campo da Psicanálise ao considerarmos que é preciso um modelo a partir do qual um indivíduo possa se constituir: “Um modelo que recupere o narcisismo original perdido, ainda que seja através de uma mediação: a idealização dos pais, substitutos e ideais coletivos” (SOUZA, 1983, p. 33). Esse modelo é o Ideal do Ego, que reside no domínio do simbólico. É o lugar da Ordem e da Lei, que opera a conexão entre a estrutura libidinal e a cultura. Sob o ângulo da dinâmica intrapsíquica, a identidade do sujeito negro é constantemente atacada pela violência racista, de forma que, a partir da internalização de um Ideal de Ego *branco*, impossível e inalcançável, cria-se um abismo entre o Ego e o seu Ideal (COSTA, 1990).

1.1 Problema de Pesquisa

O processo de apagamento e silenciamento da mulher *negra* encontra-se na estrutura da constituição social, política e econômica da sociedade em níveis diferentes. Homens e mulheres *brancos/as* se beneficiaram do colonialismo. Para Kilomba (2008), feministas *negras* têm exercido forte crítica à problematização de um modelo dividido entre homens poderosos e mulheres subordinadas, pois este, não considera as hierarquias raciais de poder entre as mulheres, nem a forma como a feminilidade para a mulher *negra* é construída de modo diferente da mulher *branca*. Com isso, a autora continua, é lançado ao debate teórico e prático as diferentes perspectivas do que é ser mulher, e coloca a ideia de “sororidade” do feminismo *branco* – reforçado recentemente por movimentos nas mídias sociais – em xeque. Em *Memórias da plantação* (2008), a autora demonstra como a ideia de uma universalidade entre mulheres pode parecer falsa e simplista se descontextualizada, relatando um episódio de racismo cotidiano quando ela, aos seus 12-13 anos, após uma consulta médica com um homem *branco*, foi convidada a tornar-se serva da família durante uma viagem à praia. Esse episódio traduz como ela, uma menina, pode ser explorada como uma trabalhadora adulta, enquanto a esposa, sendo ela mesma uma mulher, assumiria uma parcela do papel virtual de sinhá. Relegando a mulher *negra* à invisibilidade.

A esse respeito, o trabalho de Rafaela de Andrade Deiab (2012), que faz uma trajetória sobre a história da fotografia no Brasil durante o período de escravidão, é

elucidativo. Em sua pesquisa, a autora depara-se com o fotógrafo Militão Augusto de Azevedo (1837-1905), que fez muitas dessas fotografias em seu estúdio em São Paulo. Na época, as técnicas internacionais de fotografia determinavam um certo padrão em seus formatos e moldes. Devido ao longo tempo de exposição para a fotografia, era necessário que o bebê ficasse com quem estivesse mais acostumado para mantê-lo imóvel: a mulher *negra* escravizada, responsável pela amamentação e pelos cuidados e companhia do bebê, aparece com frequência nos retratos entre 1870 e 1876, selando o vínculo afetivo entre ambos. Nessa época, a imagem da mulher *negra* ama-de-leite era reflexo de status social. As escravas amas-de-leite eram expostas com roupas e joias finas ao estilo da época. Elas cuidavam das crianças de seus senhores desde a mais terra infância, nutrindo o corpo físico e psíquico (DEIAB, 2012).

Entretanto, para que as mulheres *negras* escravas domésticas pudessem amamentar o filho da elite *branca*, era necessário que também elas tivessem um filho em um período próximo. Essa violenta dinâmica se constituiu a partir do estupro da mulher *negra*, a venda de seu filho biológico para comerciantes de escravos, e, em seu lugar, a exploração do corpo da mulher *negra* nos cuidados do filho *branco* à exaustão, que nunca foi reconhecido e nem remunerado (DEIAB, 2012) – uma lógica que reside nos dias atuais. A mulher *negra* é responsável por todo o trabalho doméstico da casa de seus senhores e da criação de suas crianças, posição que é depois rechaçada pelos interesses da classe *branca* que silencia, segrega e apaga a mãe *negra*. Numerosas gerações foram criadas e embaladas, física e psicologicamente, por amas-de-leite, escravas domésticas, mães pretas. Essas gerações foram amiúde retratadas no Brasil escravista.

Diante do exposto, essa pesquisa teve o propósito de identificar e compreender os conteúdos psíquicos relacionados com a experiência de violência e silenciamento proveniente do racismo estrutural no Brasil, em mulheres *negras* que exercem/exerceram a função de babás e/ou empregadas domésticas para famílias *brancas*.

1.2. Justificativa social e acadêmica

A relevância do presente trabalho, que procura aprofundar os conhecimentos acerca dos efeitos da violência e apagamento provenientes do racismo em mulheres *negras*, se justifica pela maior parte da literatura sobre racismo não abordar a específica questão das mulheres *negras*. Em um país em que mais de 50% da população se reconhece como negra, a nossa Psicologia ainda é *branca*, masculina, europeia ou norte americana.

Na maior parte dos cursos de Psicologia, não há discussão ou pesquisas para conhecer a realidade psíquica dessa população. Com a aplicação do mesmo esquema teórico para qualquer sujeito, acaba-se por ocultar as desigualdades sociais e as hierarquias raciais (BOCK, 2010). Nesse sentido, esta pesquisa contribui para a identificar e descrever a dinâmica intrapsíquica relacionada com experiências de violência de grupos historicamente silenciados, como o das mulheres *negras*.

Para efeitos deste estudo, as vivências traumáticas podem ser elaboradas a partir do discurso do próprio sofrimento e da própria história. Porém, a literatura do testemunho observa que mais do que narrar uma história, ela admite narrar o que não se coloca em palavras, o que é indescritível e pertence à natureza do trauma. O reconhecimento desse paradoxo é necessário para o efeito terapêutico. Na entrevista, o papel do entrevistador é participar no fornecimento de um espaço transicional, de forma indefinida, entre o dentro e o fora funcionando como um laboratório para as afetividades do sujeito (GONDAR & ANTONELLO, 2016). Para Gondar e Antonello (2016), nos termos de Ferenczi (1931/1992) a necessidade de todo indivíduo é ser visto, ouvido, aprovado e respeitado por seus pares, o que implica no caráter terapêutico essencial do reconhecimento. A entrevista objetiva criar um espaço de testemunho potencial, onde a narrativa de suas vivências traumáticas possa ser não só ouvida e acolhida, mas também reconhecida em suas idiossincrasias e relativa incomunicabilidade (GONDAR, ANTONELLO, 2016).

2. Objetivos

2.1 Geral

Verificar os efeitos do racismo na experiência de mulheres *negras* que exercem/exerceram a função de empregadas domésticas e/ou babás para famílias *brancas*, através da perspectiva da Psicanálise.

2.2 Específicos

- Verificar os mecanismos inconscientes de manutenção do racismo estrutural em seus efeitos discursivos, subjetivos e inconscientes, ou seja, identificar quais são as expectativas, comportamentos, idealizações sob a qual operam o Ideal do Ego de mulheres *negras*.

- Compreender como a construção de diferenças e o deslocamento da mulher *negra* para o campo da Outridade, ambos produtos do racismo, exercem seus efeitos sobre o psiquismo.
- Fornecer um espaço para mulheres *negras* darem o testemunho da própria história e do próprio sofrimento, endereçando-os a alguém, como forma de elaboração das vivências traumáticas provenientes da experiência de racismo.

3. Metodologia

3.1. Tipo de estudo

Esta pesquisa inscreve-se no paradigma das metodologias qualitativas, no qual o pesquisador preocupa-se em aprofundar a compreensão dos fenômenos a partir dos símbolos ou significados atribuídos a eles, sem preocupação com a representatividade numérica. As ações de indivíduos ou grupos em seu contexto social estabelecem relações próprias, interligando aspectos sociais, culturais, econômicos e históricos, interpretando os acontecimentos segundo a perspectiva dos próprios participantes do estudo (GUERRA, 2014).

3.2. Abordagem

A abordagem qualitativa a ser empregada foi a Entrevista Narrativa em Associação Livre, caracterizada como uma investigação não estruturada, que estimula o participante a detalhar pontos que considere importantes sobre sua história de vida, narrando-os livremente (MUYLAERT, SARUBBI, GALLO, NETO & REIS, 2014). A abordagem recomenda a comunicação cotidiana que proporcione o cenário para que o próprio sujeito narre sua experiência dentro de sua linguagem espontânea. A partir da troca entre entrevistador e participante, emerge uma história na conjuntura do discurso, denotando a natureza colaborativa desse processo.

Um dos postulados básicos da psicanálise é a transferência. Ela não é exclusiva da clínica psicanalítica. Em diferentes intensidades, aparece em todas as relações interpessoais. Para a pesquisa psicanalítica, o desejo do entrevistador faz parte da investigação, e o produto dessa investigação não é dada *a priori*, sendo, pelo contrário, construída no campo das experiências com o outro. De acordo com Rosa (2015), a pesquisa psicanalítica, ancorada na dimensão da enunciação do discurso, produz conhecimento receptando a transmissão de ações, excessos não reconhecidos,

contradições, dogmas, idealizações; em suma, olhando para a dinâmica psíquica adjacente ao fenômeno.

De acordo com Muylaert et cols. (2014), a memória é seletiva na entrevista narrativa, esquecemos determinados acontecimentos de forma proposital ou inconsciente. O que realmente importa é o registro que a pessoa realizou, circunscrevendo – ressignificando – sua história. Essa característica do método articula-se à Psicanálise, na medida em que vai ao encontro do conceito freudiano de realidade psíquica, onde considera-se o domínio do desejo e da fantasia na forma de existência do sujeito, de forma a distinguir-se da realidade material (ROUDINESCO, 1998). Ressalta-se que o caminho trilhado pelo método psicanalítico vai do fenômeno ao conceito, não priorizando a interpretação de forma isolada, mas, sim, a partir da interação da observação com teoria, prática e pesquisa, construindo, dessa forma, uma metapsicologia baseada nas manifestações humanas, culturais e sociais. E, sem a pretensão de esgotar o tema, cabe à psicanálise contribuir para o campo político e social através da análise sobre a dimensão inconsciente das práticas sociais (ROSA, 2015).

3.3. Amostragem

Considerando-se que o objetivo deste estudo é o aprofundamento da compreensão qualitativa do objeto de estudo – tratando-se, portanto, de uma amostragem não probabilística, sendo necessário apenas um pequeno número de casos da população para a composição da amostra –, foram convocadas três participantes.

3.3.1. Perfil dos participantes

O perfil das participantes foi composto por mulheres *negras*, brasileiras, com mais de 18 anos que exercem ou já exerceram a função de babá e/ou empregada doméstica para famílias *brancas*.

3.3.2. Recrutamento dos participantes

O recrutamento das participantes foi realizado através de páginas, comunidades e grupos de redes sociais, como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *Snapchat* e *WhatsApp*.

3.4. Procedimento de coleta, gravação e armazenamento dos dados

A entrevista consistiu de três sessões, com duração de 50 minutos cada, de forma virtual através da plataforma *Google Meet*. Foram realizadas reuniões de orientação com

o professor orientador designado, no intervalo entre cada uma delas. As sessões foram gravadas em formato de áudio, através de um aparelho *smartphone*, e foram transcritas posteriormente. Os dados foram armazenados apenas no computador pessoal da pesquisadora, não sendo mantidos em qualquer tipo de serviço de armazenamento em nuvem. Os arquivos serão preservados pelo prazo mínimo de cinco anos.

3.5. Método de análise de dados

Para análise dos dados da entrevista narrativa, Muylaert e colegas (2014) recomendam, após a transcrição, a separação do material relacionado ao conteúdo racional, concreto e ordenado, do material em que se expressam os valores e juízos, relacionado à sabedoria proveniente da experiência de vida do informante, que constitui sua subjetividade. A seguir, ordena-se o conteúdo racional, a fim de construir uma trajetória, e investigam-se as dimensões do material relacionado com a experiência de vida do informante. Posteriormente, as trajetórias individuais são agrupadas e comparadas, e estabelecem-se semelhanças existentes entre os casos individuais, permitindo, assim, a identificação de trajetórias coletivas (MUYLAERT, SARUBBI, GALLO, NETO & REIS, 2014). Os autores propõem a utilização de generalizações e uma redução gradativa do texto: em um primeiro momento, a transcrição completa é reduzida a um texto mais sintético, para chegar a palavras-chave. Criam-se categorias para os conteúdos individuais das entrevistas, e na sequência a sistematização dessas categorias para todas as entrevistas. O produto final será a interpretação conjunta dos dados relevantes.

3.6. Materiais e recursos

Os materiais utilizados foram: computador, *smartphone*, *software* de processamento de texto (*Microsoft Word*), e aplicativos das redes sociais *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *Snapchat* e *WhatsApp*.

3.7. Cuidados éticos

A pesquisa foi regida pela Resolução nº 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. A coleta de dados só será iniciada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar e consentimento das participantes. A forma de declaração de anuência para a participação na pesquisa se dará através da inserção da assinatura da

participante em documento eletrônico do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

4. Resultados e Discussão

Sabemos que há algum tempo alguns psicanalistas vêm chamando a atenção para o silenciamento da Psicanálise em relação ao campo das desigualdades sociais, desigualdades de gênero e desigualdades raciais no Brasil (BRAGA & ROSA, 2018). A escravidão e o racismo foram temas negligenciados no tecido social num duplo movimento de apagamento e perpetuação. Este trabalho compartilha das teses da escritora e artista Grada Kilomba (2008), para quem o corpo da pessoa negra foi investido da violência do ideal de branquitude e colocado como uma *Outra/o* racial. Assim, escrever é tomar a posição de contadora da história, passando do lugar de *objeto* para o lugar de *sujeito*, que emerge como um ato político: “Escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor ‘validada/o’ e ‘legitimada/o e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada” (KILOMBA, 2008, p. 28).

Na literatura psicanalítica nacional, as obras de autoras como Neusa Santos Souza (1983) e Isildinha Baptista Nogueira (1998) colaboraram para a análise e enfrentamento do racismo no Brasil, convocando os psicanalistas a se posicionarem. Contudo, esse quadro de silenciamento e esquecimento pouco se alterou desde então. De acordo com Maria Aparecida da Silva Bento (2012), no racismo à brasileira o desejo de branqueamento é um processo inventado e mantido pelas elites que consiste na apropriação coletiva das vozes e da história das pessoas negras. “Essa apropriação simbólica e essa omissão se processam e se reproduzem na Psicanálise por diferentes vias, tanto na própria prática clínica transmitida nas universidades, como a partir dos artigos e livros publicados. Isso se faz evidente no cotidiano das instituições de formação e transmissão” (BRAGA & ROSA, 2018, p. 91).

Como uma estudante negra no curso de Psicologia, nunca tive uma professora/o negra/o no meu local de formação, uma Universidade Federal localizada no estado de São Paulo. Fui pega de assalto ao refletir sobre os caminhos da minha formação quando convidada a responder a uma pesquisa sobre a formação de estudantes dos cursos de Psicologia das universidades públicas do estado de São Paulo. O objetivo principal era investigar se – e como – se apresentam os significados sociais acerca da temática das

relações raciais, na unidade branquitude-negritude. Raríssimos foram os momentos em que houve um momento para a discussão acerca da branquitude e/ou negritude nas disciplinas obrigatórias ou optativas/estágios/extensão durante a minha graduação. Uma vez que o racismo no Brasil se dá a nível estrutural, é possível observar a conjuntura sob a qual opera o silêncio de nossa história.

Podemos relacionar essa ausência violenta e premeditada com a noção de recalque de Sigmund Freud (1923/2011). O recalque pode ser definido como uma operação defensiva mediante a qual o sujeito tenta expulsar da consciência e manter em estado inconsciente as ideias e recordações vinculadas a desejos que podem causar desprazer, culpa, angústia ou vergonha (FREUD, 1923/2011). Categoricamente, Grada Kilomba (2008) articula a ausência de pessoas negras nesses espaços à noção de recalque como um “medo *branco* de ouvir o que poderia ser revelado pelo *sujeito negro*” (p. 41).

Em uma sociedade hegemonicamente branca, cria-se o contraste da categoria de pessoas negras em relação a pessoas brancas através de um eixo de inferioridade x superioridade, respectivamente. Na questão analítica, como demonstrou Isildinha Nogueira (1998), é possível observar a construção e, como no caso a seguir, a manutenção desse fenômeno para o sujeito negro. A respeito das marcas do recalque nas redes institucionais de transmissão de conhecimento, trago a experiência que tive em um estágio, no qual realizei atendimento a um estudante negro do sexo masculino. Importa informar que o quadro de estagiários da minha equipe que atendiam no local era formado quase majoritariamente por estudantes brancos e o quadro de supervisoras que incluíam docentes, servidoras administrativas e assistentes sociais era constituído, em sua totalidade, por pessoas brancas.

Durante as entrevistas iniciais, Augusto demandava atendimento, a princípio, pela dificuldade de integração com o ambiente e os espaços da universidade devido ao seu próprio isolamento e falta de interesse nas pessoas e nas atividades durante seu primeiro ano, que ocorreu de forma remota por causa das restrições da pandemia de Covid-19. A família nuclear e extensa de Augusto era composta de pessoas negras. Ele era o primeiro de sua família a “ter oportunidade” de cursar uma universidade pública. Quando as aulas voltaram a se dar presencialmente, em seu segundo ano de curso, mudou-se para a moradia estudantil, que ficava dentro dos limites da universidade.

Em uma sessão, relatou-me que, sempre que voltava à noite para o *campus*, era barrado pelos porteiros, que lhe faziam perguntas, como “*Onde você vai? Você é estudante? Está com sua carteirinha estudantil?*”. O caso foi levado para a supervisão de estágio, ao que uma das supervisoras respondeu: “*Eu trabalho aqui há muito tempo, eu conheço os seguranças desse turno. Deve ser o João, ele não faria isso, ele não é racista. Jamais. O aluno deve ter se enganado. Nunca tivemos problemas com isso aqui*”.

A partir do eixo da transferência analítica, somos implicados no sofrimento expresso pelo paciente endereçado a nós. Não tenho a intenção de tecer extensas considerações a respeito da condução do caso, mas de realizar um exercício de reflexão a partir da proposta de Isildinha Nogueira (1998):

Quando decido investigar as formas pelas quais os sentidos de que o corpo negro é investido aparecem na clínica, me vejo diante de um impasse: teria eu condições de refletir sobre questões que me falam tão de perto, com o distanciamento necessário para entender que processo é esse que se dá numa relação analítica, paciente negro-analista negra ou paciente não negro-analista negra, quando se é, ao mesmo tempo, analista e negra? (pp. 119-120).

Proponho, então, refletirmos, a partir da mesma situação, sob um outro ponto de vista: teria a supervisora, mulher e branca, condições de refletir sobre questões tão ábditas de sua posição de mulher branca perante a sociedade e a instituição? Aqui, a branquitude emerge como uma guardiã silenciosa de privilégios. Através das contribuições de Maria Aparecida Bento (2002), evidencia-se, nessa situação, as marcas do pacto narcísico:

(...) Silenciar sobre o fato de que pertence ao grupo que discrimina, e este é o território da negação. Isso parece um traço do que se pode caracterizar como um pacto narcísico. O silêncio sobre a discriminação explicita o silêncio diante da autoridade (ou da hierarquia). Nem brancos, nem negros reproduzem o que é dito em outras situações e na presença de chefias. O branco por vergonha ou medo de ser reconhecido como discriminador, o negro por vergonha ou medo de ser reconhecido como discriminado (p. 101).

Ainda que o estudante seja residente da moradia estudantil que está circunscrito às instalações territoriais da instituição, ele é colocado como o estranho, a *Outridade*. A construção de diferenças e o deslocamento do sujeito negro para o campo da *Outridade* nos conjuntos de relações se atualiza através do racismo contemporâneo, que o coloca em situação de desamparo. Impondo o homem branco como o padrão, a elite branca brasileira exerce sua hegemonia legitimando sua supremacia econômica, política e social. Diante da irracionalidade do racismo cotidiano, o discurso hegemônico autoriza e legitima diversas formas de poder, entre eles, o da Autoridade, a quem é imputada a função de fornecer “segurança” contra possíveis perigos, transcritos como corpos negros no imaginário da branquitude, ou seja, “traços da identidade racial do branco brasileiro a

partir das ideias sobre branqueamento (...) o medo que alimenta a projeção do branco sobre o negro” (BENTO, 2012, p. 1).

Para Gondar e Antonello (2016), baseados em Sándor Ferenczi, todo sujeito tem a necessidade de ser visto, ouvido, aprovado e respeitado por seus pares, o que implica no caráter terapêutico essencial do reconhecimento. A psicanalista Neusa Santos Souza (1983) já afirmara a necessidade de se ter um discurso sobre si, pautado na realidade concreta, para obter a autonomia. Com isso, a autora pretendeu lançar um olhar sobre a afetividade da pessoa negra, a qual se inscreve num campo histórico-cultural de classe e ideologia brancas, o que inclui comportamentos, expectativas e idealizações brancas, a fim de produzir um discurso do negro sobre o negro — discurso esse carecido de reconhecimento na esfera acadêmica e social. É a partir dessa premissa que se fundamenta o presente trabalho, fornecendo um espaço para mulheres *negras* darem o testemunho da própria história e do próprio sofrimento, endereçando-o a alguém também negra, como forma de elaboração das vivências traumáticas provenientes da experiência de racismo, na tentativa de um duplo movimento: a inclusão da voz (escrita) e da dinâmica intrapsíquica e intersubjetiva da mulher *negra* nas esferas social e acadêmica.

4.1 Racismo inscrito no corpo negro

Nicole

Ao discutir a divisão sexual do trabalho, torna-se necessário ir para além da mera identificação das desigualdades. Nas últimas décadas, têm sido publicadas, por um lado, análises que se concentram na identificação e quantificação das desigualdades entre homens e mulheres (redundando na noção atual de conciliação de tarefas), enquanto, por outro lado, análises que buscam investigar as origens dessas desigualdades e compreender a natureza do sistema que as perpetua (HIRATA & KERGOAT, 2007). A partir do movimento feminista na década de 1970, o trabalho invisível, gratuito e atribuído “naturalmente” às mulheres foi denunciado coletivamente, inserindo esse tipo de trabalho na categoria da esfera doméstica e profissional. “A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 599). Esse movimento influenciou a repensar-se o trabalho e suas categorias a partir de construções sociais de gênero. Passamos a perceber, assim, que historicamente o trabalho masculino é mais bem remunerado e mais valorizado socialmente que os trabalhos exercidos por mulheres, podendo variar a área de atuação

de acordo com a época. “No Brasil a ida das mulheres ao mundo do trabalho não mudou a essência das relações sociais entre os sexos” (BANDEIRA, 2014, p. 35).

Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) expõem em sua pesquisa a relação entre o trabalho doméstico e as mulheres que passam cada vez mais a investirem em suas carreiras, ocupando cargos e posições mais elevadas através da formação superior na França:

As mulheres das sociedades do Norte trabalham cada vez mais e, com uma frequência cada vez maior, são funcionárias e investem em suas carreiras. Como o trabalho doméstico nem sempre é levado em conta nas sociedades mercantis, e o envolvimento pessoal é cada vez mais solicitado, quando não exigido pelas novas formas de gestão de empresas, essas mulheres para realizar seu trabalho profissional precisam externalizar “seu” trabalho doméstico. Para isso, podem recorrer à enorme reserva de mulheres em situação precária, sejam francesas ou imigrantes (p. 601).

Paralelamente, encontramos situação semelhante no Brasil. As mulheres brancas da classe média também passaram a “sua” responsabilidade do trabalho doméstico para mulheres das camadas sociais mais pobres. A relação social entre elas é representada, de um lado, por mulheres brancas empregadoras, e de outro, pela classe servil de mulheres pobres e negras em condições precárias, o que estabelece, entre ambas, uma hierarquia de raça e classe.

Derivada da herança escravocrata e servil a figura da empregada doméstica se faz presente nos segmentos da elite e da atual classe média brasileira, cabendo à empregada receber a ‘delegação’ de se ocupar das tarefas domésticas e de cuidados dos filhos, enquanto a mulher-patroa assegura sua entrada no mercado de trabalho (BANDEIRA & MELO, 2013, p. 38).

O trabalho doméstico feito pelas mulheres pobres às mulheres da classe média e alta implica não apenas na reprodução de desigualdades, como também na ambiguidade das lógicas afetivas. Os valores familiares desejados pela classe média e alta só se sustentam com a ajuda de serviços, mulheres pobres e negras. A entrevistada Nicole integraliza o dado a partir de seu conjunto de experiências: “*Quantas pessoas não dependem de nós, domésticas, para sobreviver no dia a dia, né?*”. Ela precisa deixar seus próprios filhos aos cuidados de outras mulheres, parentes, vizinhas, amigas, para cuidar dos filhos de sua patroa, investindo-lhes amor e carinho, tal qual amas-de-leite faziam com os filhos da burguesia na escravatura (OSÓRIO & XAVIER, 2018).

Os dados apresentados na literatura sobre o trabalho feminino realizado no Brasil indicam uma realidade presente em toda a América Latina. Ocupações tradicionalmente femininas encontram-se em situações de extrema precariedade (BRITES, 2017). Destas

ocupações, o serviço doméstico, que exige muito esforço e pouca qualificação, torna-se expressivo. Que tipo de herança o fim da escravatura não extinguiu, mas, pelo contrário, perpetuou? A que sofrimentos as mulheres negras que procuram ascensão social através da profissão de empregadas domésticas e/ou babás estão submetidas?

Aos 48 anos de idade, Nicole é uma pessoa de sorriso largo e voz firme. Guarda certo orgulho de seus feitos alcançados através do esforço e dedicação ao trabalho como doméstica. Contudo, se olharmos com atenção, veremos que sobressai o cansaço de seu corpo modelado pelo trabalho na roça e pela faxina pesada, as quais pesam desde a infância, quando trabalhava na roça acompanhada pelos pais e irmãos.

Hoje, exercendo a função de cuidadora de idosos, Nicole diz que, depois que começou a trabalhar aos oito anos de idade, nunca mais parou. Chegou, inclusive, a trabalhar por durante seis anos sem folga. Não se deixando abater pelo cansaço, mantém a força de vontade e sempre vai à luta em busca do seu sustento. Entende que o trabalho de empregada doméstica é muito desvalorizado: *“Não temos valor nessa área nenhuma, e é um trabalho que eu acho que deveria ser muito valorizado, porque quantas pessoas não dependem de nós, domésticas, para sobreviver no dia a dia, né?”*.

A insatisfação de Nicole por ter que trabalhar muito pesado em uma profissão desvalorizada é evidente; entretanto, é muito grata por sempre ter conseguido sustentar a si e aos filhos com o fruto do seu trabalho. Nascida em uma pequena cidade no interior da Bahia, talvez a primeira coisa que lhe ensinaram foi o serviço doméstico. A resiliência de sua disposição para o trabalho pesado, característica valorosa que tem em seu âmago um certo ar de alívio, é notada pelo contraste que há entre os tempos em que *“vivia uma vida de muita dificuldade”*, correspondente à infância e adolescência na roça ou como agregada em casas de família por onde passou, e os dias atuais, nos quais a conquista de sua casa própria é descrita como *“a realização de um sonho”*.

De fato, a atemporalidade do trabalho realizado por Nicole não deixa dúvidas sobre as condições precárias com as quais teve que lidar precocemente. Todavia, o sonho realizado da casa própria se contrasta com a manifestação de quadros de sofrimento, humilhação, desamparo e insatisfação de suas demandas afetivas. Moradora de uma pequena favela de uma cidade da região metropolitana de São Paulo, sua casa é própria. Por ser uma cidade em grande expansão, conta com muitos serviços e estabelecimentos

comerciais, mas há ainda esgoto a céu aberto e racionamento de água para as casas que não têm caixa d'água, característica de muitos bairros pobres do estado de São Paulo.

Por falta de coleta de lixo adequada, os moradores costumam jogar os lixos produzidos pelas residências no pequeno córrego que atravessa a comunidade. A margem do córrego é, muitas vezes, as paredes e janelas dos fundos das casas da comunidade, onde geralmente ficam os quartos. Os despejos de esgoto sem tratamento desagüam diretamente nesse córrego. Do outro lado do córrego, há um grande barranco, onde casas foram construídas, formando vielas e becos. De tempos em tempos, as fortes tempestades de verão elevam o nível do córrego e a água retorna para a casa dos moradores pelos canos, janelas e privadas. Do outro lado da rua, há deslizamentos de terra sobre as casas construídas sobre os barrancos.

Sabemos que existem fases sequenciais do desenvolvimento onde a pessoa passa a incorporar e fazer parte do mundo, acumulando gradualmente experiências de forma acompanhada. De acordo com Jessé Souza (2009), escritor e pesquisador de estudos teórico-empíricos sobre a desigualdade e as classes sociais no Brasil contemporâneo:

Essa miséria de todo um modo de vida, miséria que inclui, mas não se esgota na falta de dinheiro, equivale muitas vezes também à ausência de critérios de reconhecimento social que erigem a dignidade humana das crianças e dos mais frágeis em geral, para além da sua utilidade (ou inutilidade) mais imediata para o trabalho. Assim, nos melhores dos casos, tão logo essas meninas sejam julgadas aptas a contribuir, o que acontece muito precocemente pela idade dos 8 anos, elas serão responsabilizadas pelos serviços domésticos, o cuidado com os mais novos, o preparo dos alimentos e mesmo a lida na lavoura (p. 129).

A dimensão da brincadeira e do imaginário ganha novos tons e contornos diante da realidade da pobreza e da miséria. O aprender e o experimentar devem ser úteis ao ganho da vida, e era assim que Nicole exercia o seu brincar. Aos 7-8 anos de idade, a mãe matava uma galinha no quintal e dava-lhe alguns pedaços para que cozinhasse em suas panelinhas de barro para as bonecas. Nicole usava temperos como pimentão, coentro e tomates colhidos na horta da família para preparar a galinha, e até seu pai comia a comidinha feita para a boneca. *“Eu era assim, tipo, eu já cresci, na verdade, já cozinhando”*. Como é de costume em famílias pobres de numerosos filhos, Nicole se lembra dos seus tempos de menina diante de sua relação intrincada com o trabalho:

A minha infância foi muito difícil, né? Porque eu nasci na Bahia. Os meus pais, até hoje, né, eles é dono, tem roça. E assim, praticamente, eu fui até meus dez anos de idade, foi na roça e eu trabalhava. Eu estudei pouco porque era uma vida de dificuldade, tínhamos que trabalhar. Quando eu ia para a escola, a minha escola era muito distante, até né, que lá não tem nada a ver com cidade

grande igual é aqui. Era tipo, debaixo de muito sol, de muita chuva. Enfim, foi uma vida assim de muita dificuldade... eu já nasci praticamente ali trabalhando.

Aos dez anos foi morar e servir na casa da família de um fazendeiro rico da região, seu primeiro trabalho fora da roça com os familiares. Tal qual as mulheres negras escravizadas que eram escolhidas a dedo para migrarem do trabalho no campo para o trabalho doméstico e de amas-de-leite dentro da casa-grande — o que era considerado uma grande vantagem, pois o serviço doméstico era menos pesado que o trabalho no campo — Nicole foi escolhida a dedo pelo fazendeiro enquanto varria o grande terreiro de sua casa. Esse fazendeiro havia comprado uma parte da fazenda de seu avô paterno. Quando ia visitar sua propriedade aos finais de semana, ele sempre via Nicole trabalhando:

O fazendeiro, ele me via trabalhando. Eu sempre gostei de alumínio, né, tipo as panelas muito bem areada. Pra ter aquele brilho, especial. E assim, eu sempre fui caprichosa. E aí ele se apaixonou pelo meu trabalho. O nome do meu pai é José, ele perguntou para o meu pai se meu pai não deixaria eu ir trabalhar na casa dele. Aí o meu pai me perguntou. Eu concordei, né, que eu tinha vontade de sair da roça e me levou para a cidade para trabalhar. E aí eu fui trabalhar na casa desse pessoal. Esse senhor, eu não sei nem se ele ainda é vivo, mas na época, né, eu tinha dez anos de idade. Hoje, eu tô com 48 anos. O nome dele era Gilson, Gilson Rodrigues, era um fazendeiro muito rico, muito rico da região.

E eu fui trabalhar lá. Era lá que eu não fui bem tratada, que eu ficava. Em primeiro, eles almoçavam, e depois que eles faziam meu prato. Foi ali que eu percebi que eles ponhava no meu prato o resto do prato deles que eles deixaram. Aí eu fui vendo aquilo. Aí eu chorava. Eu ficava triste, mas eu era muito novinha. Eu não tinha muita sabedoria, mas eu ficava triste, né? Pela aquela situação e por eu estar comendo o resto dos outros, porque aí eu tinha sabedoria para saber que não era o certo, né? Porque assim, a gente é de família humilde, mas na minha casa a gente não via aquelas coisas.

Este episódio pode apenas ser nomeado de violência. Uma situação em que, ativamente, o homem branco, fazendeiro, convida a criança negra de dez anos a servir e ser explorada pela família em sua casa, para, então, violentar a identidade e a dignidade do corpo negro infantil, animalizá-lo, tal qual o processo de estruturação da hegemonia do homem branco através da inferiorização crônica do corpo negro consumado na nossa história pela escravidão. Jurandir Costa (1986) aborda a violência contra a negritude:

O estudo sobre as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social levou-nos, incoercivelmente, a refletir sobre a *violência*. A violência pareceu-nos a pedra de toque, o núcleo central do problema abordado. Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro. Nisto reside, a nosso ver, a espinha dorsal da violência racista, violência que, *mutatis mutandis*, poderia ajudar-nos a melhor entender o fardo imposto a todos os excluídos da norma psico-sócio-somática criada pela classe dominante branca ou que se autodefine desta maneira (p. 104).

A segunda patroa de Nicole foi dona Luzia, aos onze anos. O pai, trabalhando como feirante, falou dos serviços da filha e dona Luzia se interessou. Compunha a família o marido — branco — de dona Luzia, que era uma mulher negra, ela própria, e mais o filho do casal, que Nicole ajudou a cuidar. O filho do primeiro casamento de dona Luzia morava com a avó materna. Quando Nicole foi aprendendo a fazer bem o serviço de faxinar de forma pesada, também passou a ser convidada a faxinar a casa da mãe de dona Luzia, *“que também se apaixonou por mim”*.

O trabalho com sua segunda patroa também não foi fácil. Nicole conta como ela era exigente com a limpeza de sua casa, chegando a fazê-la lavar as louças três ou quatro vezes até que estivessem bem limpas. Apesar da faxina pesada na casa de dona Luzia e de sua mãe, além dos cuidados com o filho do casal, Nicole sentia que era tratada bem. Tinha seu quarto e seu banheiro, e dona Luzia a levava para passear, ir ao cinema, restaurante. *“Aí eu fui tratada como uma pessoa da família”*. Sair do trabalho na lavoura, conhecer dona Luzia e sua mãe: um passo dado em direção ao atendimento das necessidades extremas de proteção emocional e material fornecidas por um adulto, dá margem à mudança qualitativa nas condições objetivas de vida de Nicole. Agregada ao seio de uma família burguesa, ela conhece uma nova forma de ser humano. Entretanto, esse novo mundo, o da dignidade, é apenas a nível formal, uma vez que existem limites implicados na relação com esta família, à qual ocupa a posição de “agregada”. Existencial e objetivamente, Nicole é dependente desta família, que pode a qualquer momento dar ou tirar, de acordo com as circunstâncias. Entre a posição de agregada e serviçal, atuando também como um membro postiço da família, nada lhe era, de fato, garantido. Ela sentava-se à mesa para comer junto com a família: contudo, na condição de servir, caso precisassem de algo.

Aos 15-16 anos, Nicole trabalhou como vendedora em lojas de roupas, montou sua própria barraca de roupas, e depois barracas de frutas e legumes na feira, em busca de sua independência, até conhecer seu primeiro marido. Aos 16 para 17 anos, Nicole engravida de sua primeira filha, Fernanda. Vê-se, então, obrigada a morar com o pai da filha e a sogra, mas sem nunca deixar de trabalhar. Seu pai costumava avisá-la sobre o mau caráter desse homem que ela tinha escolhido. Ele lhe dizia que o marido não servia porque não era trabalhador como ela — era um “encostado”.

De fato, seu primeiro marido quase nunca trabalhava. Conforme sua barriga foi crescendo, seu marido exibia mais e mais comportamentos reprováveis que confirmavam

as tentativas de aviso do pai. Além de não trabalhar, deixando a cargo de Nicole pôr comida em casa e pagar as contas, seu marido ainda pegava o pouco dinheiro que a esposa conseguia trabalhando nas barracas da feira, e ia “farrear” em busca de outras mulheres. A posição de Nicole frente a seu casamento era complexa, às vezes até contraditória. Ao mesmo tempo que ela dizia não aceitar traição, momentos depois caracterizava o marido como “muito mulherengo”, e a sogra, com a qual tinha que conviver devido às circunstâncias, encobria os comportamentos do filho, na tentativa de amenizá-los. Nessa lógica familiar com o marido que, além de não trabalhar, tomava o seu dinheiro, nasce a segunda filha do casal, Juliana.

A gente na adolescência, naquela época, né? Nos anos 70, a gente não tinha muito, não tinha muita sabedoria, não sabia como evitar uma gravidez. Eu tenho uma mãe, tenho, graças a Deus, acabei de falar com a minha mãe ainda. A minha mãe é uma pessoa assim, até hoje, muito reservada, é muito rígida, que naquela época se nós, conseguimos falar com ela esse assunto né, de sexualidade. Para ela, seria uma falta de respeito. A gente não tinha oportunidade. Então, aconteceu tudo de maneiras que não podia ter acontecido.

Quando sua segunda filha nasceu, o casal foi convidado a tomar conta de uma fazenda de cacau em uma cidade próxima. Lá, Nicole foi ser cozinheira de mais de cem peões. Passava o dia inteiro cozinhando. Foi o seu primeiro registro em carteira de trabalho, que faz questão de guardar até os dias de hoje. Nesta época, sua filha mais velha, Fernanda, ficou aos cuidados de sua mãe (isto é, com a mãe da participante), e sua filha mais nova, Juliana, ficava brincando no chão enquanto Nicole cozinhava. Juliana tinha problemas médicos que exigiam atenção e cuidados que Nicole não conseguia fornecer pela exaustão e demanda de tempo que o trabalho lhe custava. Como na maioria das sociedades conhecidas, o trabalho de cuidados e educação para com os filhos recaía majoritariamente com mãe.

As brigas com o marido eram diárias. Aos 22 anos, não suportando mais a relação, Nicole se separa dele. Saiu da casa da sogra e alugou um cômodo para morar com as duas filhas. A vulnerabilidade, moldada à estrutura da história de vida de Nicole, a expõe a determinados tipos de violência. Uma delas, de acordo com Jessé Souza (2009), é não ter um bom marido:

Nesse contexto, um marido é bom quando, além de oferecer proteção contra a posição vulnerável ao ataque arbitrário de quem quer que tenha oportunidade, incluindo aí seus familiares, ou como se diz popularmente, quando, além de protegê-la da situação em que se encontra tal como “toco de cachorro mijar” ele mantém com a mulher uma relação dentro de certos limites favoráveis, o que significa a atitude de frear os impulsos egoísticos mais agressivos. Assim,

um marido é bom quando consegue proteger a mulher dos altos riscos de violência, inclusive aqueles oferecidos por ele mesmo (p. 132).

Não aceitando o fim do relacionamento, seu ex-marido tenta reatar a relação a todo custo. Persegue Nicole, indo todos os dias à porta de sua casa pedindo para voltar. Sempre que podia, fazia escândalos em frente ao seu local de trabalho. Seu irmão mais velho, Júlio, morava em São Paulo. Em uma visita à família na Bahia, viu a situação da irmã e decidiu ajudar. Júlio ofereceu estadia em sua casa em São Paulo para que ela conseguisse se livrar das importunações do ex-marido. Aos 23 anos, Nicole deixa as duas filhas, uma com sete e a outra quase completando seis anos, com a mãe na Bahia, e se muda para São Paulo para morar com o irmão. Para se livrar do ex-marido, foi a alternativa encontrada por ela.

Já em São Paulo, seu primeiro emprego foi em uma fábrica de roupas como passadeira. Alguns meses depois, após ter passado mal sentindo tontura e enjoo, foi ao médico. O exame de urina atestou a gravidez do terceiro filho. O desespero foi instantâneo. Na fase de separação, Nicole havia tido um breve namorado na Bahia.

E eu não quis falar nada do pai do meu filho que, por incrível que pareça, esse pai do meu filho eu tinha ficado com ele uma única vez, e foi dessa única vez que eu engravidei dele. Eu não tinha contato, aí eu deixei como que, eu vou dizer, rolar. Aí, meu filho nasceu, graças a Deus, nasceu cheio de saúde.

Além das preocupações habituais com as contas da casa que morava de favor, havia agora uma nova gravidez, exigindo mais preocupações financeiras. Ademais, a condição de agregada traz, por si só, condições específicas, como Nicole já havia experimentado amargamente desde muito cedo — situação que voltou a se repetir:

Eu fui tratada como empregada pelas costas do meu irmão, eu era obrigada a fazer todo o serviço para todo mundo, é tipo... cozinhar, quando eu chegava do trabalho, final de semana, e eu boba, né, tinha chegado da Bahia, para mim era só gratidão. Porque aquele povo tava me acolhendo.

Sem abaixar a cabeça, novamente Nicole vai à luta pelo seu sustento e dos filhos — tanto das que aguardavam a mãe na Bahia com os avós, quanto daquele que ainda estava por vir. Foi atrás de uma renda através do trabalho autônomo.

Mas assim, foi no período também de muito medo, a minha barriga começou a crescer. Eu ia pros bailes, naquela época rolava muito tiroteio nos bailes. Assim, eu com a barriga muito grande, quando começava os tiros, eu tinha que deitar no chão embaixo dos carros para me proteger, o meu filho, né, que estava na minha barriga. Mas eu não ficava com medo, eu só ficava preocupada. E quando era no próximo final de semana, estava eu novamente no mesmo lugar, e assim eu fui me mantendo, né? E aí, a gente começou a fazer o enxovalzinho do Lucas, que é o meu filho, é o meu bem maior, melhor presente que Deus poderia ter me dado.

Logo depois conseguiu emprego como faxineira em uma firma perto de casa, onde trabalhou por dez anos. Mais uma vez na vida de Nicole, surgiu uma oportunidade de sair da condição de agregada através do casamento. E foi assim que se casou com o segundo marido, Gabriel, para ter um lugar para criar o filho, um lugar em que ela não estivesse como condição de subalterna. *“E assim, eu, na verdade, eu não gostava dele, mas o que eu tava vivendo naquela casa onde eu tava morando, a necessidade de ter um lar tava falando mais alto. E foi aí que eu fui morar com ele”*. O segundo casamento correu relativamente bem no começo. Até que, como Souza (2009) teorizou, o segundo marido não conseguiu proteger Nicole de sua própria agressividade e violência.

Até três anos o meu casamento era perfeito, ele era aquele marido carinhoso, era aquele marido que não deixava faltar nada. Logo depois, eu engravidei do Bruno, e foi aí que tudo mudou. Quando eu engravidei do Bruno, ele mudou totalmente. E era o sonho dele era ser pai, e aí tudo mudou, né. Ele já começou a mudar o comportamento referente ao Lucas e aí quando o Bruno nasceu... Ele piorou e o Lucas já era tratado com desprezo. Ele também é negro, o meu filho nasceu negro. Pela minha cor e a cor do pai que é negro, ele tratava o meu filho com racismo, judiava muito, batia. E aí foi aquele sofrimento. Aí ela começou a me agredir também, eu comecei a apanhar também, enfim. E eu não tinha muito o que fazer porque eu tava com o Bruno recém-nascido, o Lucas simplesmente com um ano e tudo se tornou mais difícil, tendo que aguentar. E aí logo depois eu comecei a trabalhar. O Lucas foi crescendo, aí o Lucas com 3 aninhos eu já pus ele numa escolinha e eu arrumei um trabalho.

O ponto de convergência para a mudança de comportamento do marido é observado em uma escala macrossocial nos termos de um colorismo racial. Isso significa que, mesmo dentro das comunidades não brancas, há hierarquias baseadas em diferentes tons de pele, com preferência frequentemente dada aos tons mais claros. O fenômeno do colorismo consiste em uma forma de discriminação que se baseia na tonalidade da cor da pele. Quanto mais escura for a tonalidade da pele, maior será a probabilidade de sofrer exclusão na sociedade, em comparação com uma pessoa negra de tonalidade mais clara. De acordo com Silva (2017):

Também denominada de pigmentocracia (quanto mais pigmentada uma pessoa, mais exclusão ela sofre), o colorismo destaca um tipo de discriminação que enfatizava os traços físicos do indivíduo, questões determinantes para revelar o valor que a ele seria dado em sociedade. Dessa forma, aspectos fenotípicos como um cabelo notadamente crespo, um nariz arredondado ou largo que são associados à descendência africana, também influenciam no processo de discriminação no denominado colorismo. (...) Ainda que não consideradas como brancas, tem-se que os negros de pele mais clara gozam da possibilidade de serem tolerados em ambientes de predominância branca. Uma vez que o negro de pele mais clara, mesmo sendo identificada como “negro” pela sociedade racista - significando que ele não tem o privilégio de desfrutar dos mesmos direitos que uma pessoa branca - ainda assim é mais confortável aos olhos da branquitude pode por isso ser “tolerado” em seu meio. Temos aqui um lado muito importante a discriminação colorista: a pessoa negra é

tolerada, mas jamais é aceita, uma vez que aceitar este negro seria reconhecer a existência de uma discriminação racial (p. 12).

Assim, a partir do nascimento do seu quinto filho, Bruno, com o segundo marido, Nicole viu o filho mais velho, Lucas, sofrer ofensas e maus tratos racistas do companheiro, que também era negro, devido ao fato de Lucas ter a pele mais escura que Bruno, além da constante violência doméstica de que ela própria era vítima. Teve que esperar até que Lucas completasse três anos de idade para colocá-lo na creche e voltar a trabalhar, para, só então, conseguir se separar.

E aí eu fui trabalhando e lutando para me separar dele, pedindo força a Deus e aí eu consegui me separar dele. E eu tô até hoje, eu me separei dele, o Lucas tava com sete, vamos botar com oito anos e o Bruno tinha seis. E até hoje, graças a Deus. Aí eu criei o Bruno sozinha e o Lucas também, eu e Deus e meu esforço.

O futuro de Nicole guardava grandes desafios após a separação com o parceiro Gabriel. Agora, além das duas filhas sob os cuidados da sua mãe no Nordeste, havia também dois filhos para sustentar e criar sozinha. Seu filho caçula Bruno conviveu pouco tempo com a presença do pai em casa. Cresceu vendo seu irmão mais velho e sua mãe sempre trabalhando para manter a casa. Apesar do sólido exemplo que Nicole via em si mesma e no filho mais velho para o modelo de criação de Bruno, ela já detectava diferenças de personalidade entre seus dois filhos, assim como percebia diferenças entre ela e seus irmãos.

Entre o Bruno e o Lucas, o Lucas, a natureza dele é igual eu, tipo, de novinho, que ele já mergulhou de cabeça para trabalhar e até hoje, fez vinte e cinco anos, começou a trabalhar com nove. Ia fazer nove anos, tá na mesma luta até hoje. Já o Bruno, não tem aquele instinto para trabalhar, para pegar no pesado. Aquela coisa de tipo, de acordar cedo. E isso dele, ele não adquiriu nem de mim, nem do pai dele. Independente que não demos certo, mas o pai dele é uma pessoa muito trabalhador. Guerreiro, trabalhador, e ele não. Sempre assim, tipo, o negócio dele é um trabalho, mas é coisa... ele gosta muito de moto, quer trabalhar de motoboy, esse tipo de coisa assim. Não é aquele trabalho para entrar numa empresa para pegar peso, um servente de pedreiro. Para ver o sol no rosto, o contrário de mim, né? Que todo dia ando 80 minutos para vir trabalhar.

Assim, eu sempre vira e mexe eu lembro do meu tempo de infância, como que era nossas coisas, não é igual hoje que a gente, hoje a gente usa um creme de pele, é... xampu e condicionador, ah, naquela época era raro, uma raridade, na zona rural, ter essas coisas para usar, mas era muito feliz com o que a gente tinha.

A solidão da mulher negra criando filhos sem apoio no Brasil se faz quase imperceptível devido à batalha diária implacável de dar conta da demanda de trabalho com alta carga horária e pouco valorizado, sem carteira assinada, pegar e deixar filhos na escola, consultas médicas, reuniões escolares, responsabilidades encarregadas quase

exclusivamente ao papel da mulher como mãe. Nicole transmitiu a mesma educação que recebeu de seus pais a Bruno, e conseguiu fornecer bens materiais e simbólicos que não teve na própria infância. Depois de terminar a escola, Bruno encontrava muitas dificuldades para encontrar emprego, chegando a ficar meses desempregado. Diante da falta de opções, acabou se envolvendo com operações ilegais a partir de amizades do bairro, que o levou a ser preso.

Então, assim, começou a estudar cedo [*Bruno*]. Eu sempre ensinei o caminho do bem, o que era certo e o que era errado. É sobre bebida, sobre droga, sobre roubo, em pôr a mão em algo dos outros. Então, assim, da mesma maneira que os meus pais me criou eu criei os meus filhos, eu não vou dizer eu fraquejei como mãe, nunca, jamais.

Enfim, então aconteceu, eu abracei. Não abandonei meu filho, nem nunca vou abandonar, jamais. Eu espero que foi a primeira e a última vez que ele errou, porque, como dizem, quem nunca errou na vida que atire a primeira pedra. Então, ele errou essa primeira vez e ele vive falando que se arrependeu muito, vive pedindo perdão o tempo todo. Me pede muito perdão, me pede desculpa por eu estar passando por isso tudo, indo naquele lugar, porque presídio não é lugar para ninguém, principalmente para uma mãe, que é batalhadora, guerreira, independente do que ela seja.

Aquilo não é lugar para uma mãe, porque a gente passa por muita humilhação, por diversas coisas que você nunca pensa de ter passado um dia, que vai acontecer com você. Igual eu criei os meus filhos com muita garra, com muito amor, com muita luta e assim, com todo amor e carinho do mundo, tentando sempre trazer o melhor. Trabalhar para trazer o melhor para dentro de casa, daquilo que tá no seu alcance, para não ver faltando nada.

Justamente por causa dessas coisas, dessas tentações ruim, e acabou acontecendo com meu filho. Então, eu tive que aprender. Ainda tô aprendendo, ainda. Cada dia que passa é um aprendizado, porque tudo que a gente aprende é pouco. Qualquer coisinha você tá errando. Igual tem dois meses, que eu fiquei suspensa [de visitar Bruno no presídio] por um mês, por ter esquecido uma moeda de 50 centavos no meu top. Foi muito difícil para mim ficar sem visitar meu filho durante um mês. E é assim, né? Aconteceu, e eu fui punida, ganhei suspensão de um mês, porque não pode ir. Lá é tudo muito rígido, com roupa, com comida, com acessórios. Você só entra lá com a roupa do corpo e o documento na mão. Então, assim, cada dia que passa, você tá aprendendo mais e mais, e sempre é pouco, nunca é demais. Sempre aprendendo.

Atualmente, aos quarenta e oito anos de idade, este é um fato que lhe causou e causa muita angústia e sofrimento. As pessoas do bairro em que mora se afastaram ainda mais por ter um filho preso. Seus gastos e sua rotina de trabalho se intensificaram, trazendo prejuízos sociais e de autoestima. Nicole comenta como sua vida mudou depois da prisão de seu filho:

Mudou, mudou, mudou muito, mudou psicologicamente, em questão financeira. Assim, eu sofro, viu, muito, muito, muito. Sem falar na ausência do meu filho e também é uma batalha muito grande, igual aqui. Eu tô aqui, não tô bem, que eu tô com problemas de saúde, sentindo muita dor. Eu acabei de descobrir essa pedra na vesícula, enfim, tem as crises, é umas dores horríveis, incluindo uma dor, é o problema de coluna que eu já tenho. Então, tô juntando

as duas coisas e eu tenho que ser forte, né? Mesmo como diz o ditado, "Entre trancos e barrancos, eu tenho que aguentar", né? Para trabalhar, porque o meu sustento vem do meu bolso, é eu que trabalho para levar o meu pão de cada dia para dentro de casa e para mim sustentar com remédio, alimentação e sustentar o meu filho também.

Aí, no sábado, eu tenho que estar pronta, firme e forte, né, pra tá indo visitar ele, porque ele só tem, primeiramente Deus e a mim, né, que sou mãe e pai dele. Então, assim, mudou, porque foi uma coisa que, que a gente, né, da maneira que fomos criados, igual eu acabei de falar, a pessoa simples, humilde, mas tudo ali dentro da honestidade. Nunca, na verdade, eu nunca imaginava na minha infância o que que era uma droga, não sabia nem o que era. Para mim, droga seria um cigarro. Aí, depois, né, conforme eu fui crescendo e amadurecendo, foi que eu fui, né, conhecer o que que era uma droga, até que meu filho caiu no mundo das drogas, né, acabou indo preso por entrar, por ter a mente fraca, influência de amizade também, influi muito.

Sobre essa questão de ausência de pai também, que é uma coisa que faz ele sofrer. Como que eu vou dizer, eu não me queixo, eu não posso dizer, aí, eu não falhei como mãe, não. Eu nunca vou falar isso, porque a mesma criação que os meus pais me deu, eu dei para os meus filhos.

Nicole continua na batalha, agora trabalhando como cuidadora de idosos. Está há sete meses no emprego sem carteira assinada, andando oitenta minutos por dia para chegar até o local. Desenvolveu problemas de coluna, uma vez que precisa, muitas vezes, dar banho no idoso, erguê-lo da cama, trocar as roupas e as fraldas. Necessita de uma cirurgia pois está com muita dor; entretanto, sequer consegue um atestado médico para amenizar sua dor, uma vez que não trabalha registrada e não consegue acessar seus direitos trabalhistas.

5. Conclusões

As origens das práticas discriminatórias relacionadas à raça têm profundas raízes e uma estrutura insidiosamente construída, ancorada em doutrinas que consistentemente buscaram manter posições conservadoras e racistas. Além do longo e abrangente histórico de exploração por meio da escravidão ao longo dos séculos, foram estabelecidos métodos contínuos de exclusão, empregando abordagens econômicas, políticas e sociais. A hegemonia branca coloca a si própria como modelo universal de humano e de normalidade, subjugando o não branco como um outro, um outro racializado. Na materialidade, essa exclusão se dá por diversos dispositivos que contribuem para o projeto de exclusão e extermínio da população negra. Diante de um racismo estrutural no Brasil, as instituições de segurança pública ostensivamente direcionam abordagens violentas e letais através da força policial contra negros. O sistema criminal, como dispositivo de manutenção e controle da sociedade, exclui e encarcera sistematicamente a população jovem negra no país.

A conjuntura do silenciamento e apagamento da população negra produz formas singulares de sofrimento e adoecimento psíquico. Nas reflexões sobre as experiências narradas nesta pesquisa, foi possível observar, assim como descrito por Maria Aparecida Bento (2002), aspectos da dimensão das relações raciais no Brasil, nomeada na literatura como pacto da branquitude, e o seu entrelaçamento com as dimensões mais concretas do racismo na sociedade. O constante silêncio sobre a posição dos brancos nas desigualdades raciais configura uma espécie de pacto narcísico, mantenedor dos privilégios simbólicos e materiais que as pessoas brancas recebem direta ou indiretamente proveniente do sistema nefasto da escravidão (BENTO, 2002).

Uma das nuances do racismo revelado por este estudo foi a persistência das ideias coloniais de “embranquecimento”. Uma violenta superioridade racial entre negros de pele mais clara e negros de pele mais escura foi instaurada e mantida até os dias atuais. Incentivando a mestiçagem como um projeto de melhoria da raça, a elite branca europeia hierarquizou os negros da população brasileira de acordo com sua ascendência racial e mestiçagem. Pautado no modelo universal de humanidade da branquitude, quanto mais próxima uma pessoa está da herança europeia, mais valorizada e “aceitável” ela se torna para a sociedade, excluindo, com isso, os negros mais escuros do convívio igualitário com os brancos e dos acessos aos direitos.

Um dos objetivos desta pesquisa foi aprofundar a compreensão dos fenômenos, a partir da ligação própria que a participante do estudo tem em seu contexto social, que estabelece e interliga aspectos sociais, culturais, econômicos e históricos. E, com isso, tornar perceptíveis fenômenos que não são perceptíveis no cotidiano. O desafio colocado ao examinar o fenômeno do racismo na esfera do trabalho doméstico de mulheres negras, é diferenciar-se de meras constatações de sofrimento da população negra e ir para além da comiseração pela qual o assunto é sempre tratado, trazer para a pauta o papel do branco nas relações de desigualdades raciais, compreender o mecanismo que mantém o racismo estrutural, denunciar o silêncio e apagamento de mulheres pretas através da apropriação da narrativa da história pessoal, e do conhecimento, a fim de tecer elaborações sobre o próprio sofrimento.

Considerando a tese formulada por Kilomba (2008), que defende a transição da posição de objeto para a posição de sujeito, a fim de descolonizar o conhecimento por meio da apropriação do saber por meio da escrita, promovendo uma escrita que seja tanto negra quanto feminina. Uma escrita que, só por existir, contraponha posições normativas

hegemônicas instauradas nas instituições de transmissão de conhecimento da sociedade, onde se encontram, massivamente, professores e estudantes universitários brancos, focados nos estudos de autores e autoras brancos europeus ou norte-americanos. Evidenciou-se, neste estudo, a articulação do silêncio da violência racista com os termos de um genocídio epistemológico. A nossa história passa a existir apenas a partir da chegada do homem branco europeu. É ele quem dita o momento em que algo passa a existir historicamente, e se essa existência será uma existência de direitos, tornando os indivíduos sujeitos, ou se essa existência será negada ou, em última instância, exterminada.

Ademais, o propósito deste estudo foi fornecer um espaço para mulheres negras darem o testemunho da própria história e do próprio sofrimento, endereçando-os a alguém, como forma de elaboração das vivências traumáticas provenientes da experiência de racismo incorporados na experiência e na subjetividade de mulheres negras. E assim, desabitar narrativas propostas para as pessoas negras, e não tecidas por elas próprias.

6. Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, L.; MELO, H. P. A divisão sexual do trabalho: trabalho doméstico remunerado e a sociabilidade das relações familiares. Em: **Gênero**. Niterói: Editora da UFF, 2013. v. 13p. 31–48.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: SILVA BENTO, Maria Aparecida. **Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 25-58.
- BENTO, M. A. S. **Pactos narcísicos do racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. 169 p. Doutorado — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BRAGA, A. P. M; ROSA, M. D. **Articulações entre psicanálise e negritude: Desamparo discurso, constituição subjetiva e traços identificatório**. Revista da ABPN, v. 10, n. 24, p. 89-107, 2017.
- BRITES, J. **Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores**. v. 29, p. 19, 2007.
- COSTA, J. F. **Violência e Psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DEIAB, R. A. *Blog Anjovida*. 2012. Disponível em: <http://act14-anjovida.blogspot.com/2012/05/memoria-afetiva-da-escravidao.html>
- HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.
- FREUD, S. **Conferências Introdutórias sobre Psicanálise**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 16. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 287-539, (1917[1916-17]).
- FREUD, S. **O eu e o id, “autobiografia” e outros textos**. Tradução: Paulo César De Souza. Companhia das letras, v. 16 (1923-1925 [2011]).
- GONDAR, J. ANTONELLO, D. F. **O analista como testemunha**. Psicologia USP. vol. 27, n. 1. Rio de Janeiro, 2016. Dóí: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564D20150010>. Acesso em: 16 jul. 2022.
- GRADA, K. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Cobogá, 2008.
- GUERRA, E. L. A. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Ânima Educação, 2014.
- MUYLAERT, C. J; SARUBBI Jr, V; GALLO, P. R; NETO, M. R. L; REIS, A. O. A. **Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa**. Revista da escola de enfermagem da USP. 48 (spe2). 193-199. Dez. 2014. Dóí: 10.1590/s0080-623420140000800027
- NOGUEIRA, I. B. **A cor do inconsciente: significações do corpo negro**. São Paulo: Perspectiva, 2021. 192 p. ISBN 9786555050769.
- OSÓRIO, H; XAVIER, R. C. L. **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

ROSA, M. D. **Psicanálise, política e cultura**: a clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento. 151 f. Tese (Livre Docência) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, T. M. G. S. O Colorismo e suas bases histórica discriminatórias. **Direito Unifaces - Debate Virtual**, v. 201, p. 19, 2017.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.

SOUZA, J. **A ralé brasileira**: Quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 483 p. ISBN 9788570417879.